



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

PROJETO DE LEI Nº 115

ALTO FELIZ, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

ALTERA REDAÇÃO DA ALÍNEA “A” e “B” E ACRESCENTA A ALÍNEA “C” AO INCISO I DO ARTIGO 109 DA LEI MUNICIPAL Nº 789/2009, ALTERA O ART 110 DA LEI MUNICIPAL Nº 789/2009 E ACRESCENTA O ARTIGO 106-A NA LEI MUNICIPAL Nº 789/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Altera a redação da alínea “A e B ” e acrescenta a alínea “C” ao inciso I do artigo 109 da Lei Municipal nº 789, de 29 de setembro de 2009, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 109. *O benefício da isenção do imposto, quando requerido nos termos desta Lei, terá vigência:*

I - Quanto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU):

a) a partir do exercício corrente, se o pedido for apresentado até 28 de fevereiro;

b) a partir do exercício seguinte, se o pedido for apresentado após 28 de fevereiro;

c) a partir da data de inclusão no cadastro imobiliário, se o requerimento for protocolado em até 30 (trinta) dias após a concessão da Carta de Habitação (Habite-se);

Art.2º - Altera a redação do Art. 110 da lei 789/2009, que passará a vigorar com a seguinte redação :

Art. 110. *O contribuinte isento é obrigado a comprovar, por meio de documento hábil, a manutenção das condições que lhe asseguraram o direito ao benefício.*

Parágrafo único. *A comprovação deverá ser feita até o dia 28 de fevereiro dos anos terminados em zero e cinco, sob pena de cancelamento da isenção a partir do exercício seguinte.*

Art. 3º. Acrescenta o art. 106-A a Lei Municipal nº nº 789, de 29 de setembro de 2009 com a seguinte redação:

Art. 106-A. *As disposições deste Capítulo serão regulamentadas por meio de Decreto do Poder Executivo, que estipulará a documentação necessária e os procedimentos para a concessão e manutenção dos benefícios fiscais.*

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO FELIZ,

Aos dezoito dias do mês de novembro de 2025.

ROBES SCHNEIDER,
Prefeito Municipal.



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

JUSTIFICATIVA NOBRES VEREADORES.

Encaminhamos o presente Projeto de Lei à consideração desta Egrégia Casa Legislativa que objetiva modernizar e aprimorar a gestão das isenções do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) no município de Alto Feliz.

O objetivo do presente Projeto de Lei é readequar a data para requerimento de isenção do exercício corrente tendo em vista que o vencimento do IPTU conforme prevê art. 97 do CTM teve seu vencimento postergado para 10 de junho de cada ano.

Ainda, objetiva-se prever a necessidade de comprovação periódica das condições de isenção para um ciclo quinquenal (anos terminados em zero e cinco), otimizando recursos públicos sem prejuízo da fiscalização.

E, por fim permite a regulamentação detalhada por Decreto do Poder Executivo, garantindo agilidade na atualização de exigências documentais e procedimentos, desburocratizando o processo.

Em suma, as alterações visam aprimorar a eficiência administrativa e a transparência do sistema tributário municipal, razão pela qual solicito o apoio e a aprovação dos nobres vereadores.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO FELIZ,
Aos dezoito dias do mês de novembro de 2025.

ROBES SCHNEIDER,
Prefeito Municipal.